



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA/SE

Decisão da Câmara Especializada de Engenharia Civil (CEEC/SE)

Reunião	Extraordinária	Nº 195
Decisão da Câmara Especializada	CEEC/SE nº 095/2018	
Referência	Protocolo nº 1656663/2015	
Interessado	JOSE ROBERTO SIQUEIRA	

EMENTA: Mantém o auto de infração nº 491064 / 2015, lavrado em 17 de abril de 2015 pelo Crea-SE, por infração ao Art. 6º, alínea "a", da Lei 5.194-66, e dá outra providência.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe – CREA/SE, apreciando o processo em epígrafe que trata do auto de Infração nº 491064 / 2015, e considerando o teor do parecer do relator Conselheiro Engenheiro Civil Victor Alejandro Mejias Ruiz, nos seguintes termos: "O senhor José Roberto Siqueira fora autuado pelo CREA-SE em 17 de abril de 2015 por INFRAÇÃO enquadrada como pessoa física leiga executando atividade técnica e capitulada pelo Art. 6º, alínea "a", da Lei 5.194-66, sendo-lhe concedido prazo para apresentação de defesa à Câmara Especializada contado da data do recebimento do Auto de Infração. Fundamentação Legal: Lei 5.194-66; Resolução 1.008-04 do CONFEA; Resolução 1.066-15 do CONFEA; Resolução 1.058/2014 do CONFEA. Análise: Considerando a Resolução nº 1.008-04 do CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para a instauração, instrução e julgamento dos processos de infração; Considerando que o interessado foi cientificado do Auto de Infração 491064-2015 através de ar – Aviso de Recebimento, datado de 08 de junho de 2015, anexo ao processo; Considerando ação fiscalizatória onde fora constatado que o autuado exerce atividades da engenharia no tocante à "Construção de imóvel residencial/comercial com 3 pavimentos. Área estimada de 136,92 m². Em fase: alvenaria. No local não foram encontrados projetos, nem a devida ART. No local não constatei a presença de um responsável técnico pelos serviços abaixo classificados. Em consulta ao banco de dados do Crea/SE encontrei a ART 00027117485705011723, mas não contempla.", com data de verificação da obra em 12 de março de 2015; Considerando que no ato fiscalizatório fora constatado que o projeto arquitetônico é de autoria do Engenheiro Civil Thiago Augustus Remacre Munareto Lima, conforme ART 00027117485705011723, porém não foram encontrados os responsáveis técnicos pelos projetos complementares e suas respectivas execuções; Considerando que as atividades de execução do arquitetônico e projeto e execução do estrutural, das



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA/SE

Decisão da Câmara Especializada de Engenharia Civil (CEEC/SE)

Reunião	Extraordinária	Nº 195
Decisão da Câmara Especializada	CEEC/SE nº 095/2018	
Referência	Protocolo nº 1656663/2015	
Interessado	JOSE ROBERTO SIQUEIRA	

instalações elétricas, da rede hidro-sanitária e do sistema de prevenção e combate a incêndio são atividades técnicas e, portanto, necessitam do acompanhamento de profissional habilitado; Considerando que em consulta ao Sitac fora encontrada a ART SE20150016801 do Engenheiro Civil Johnson Gomes Rosa, registrada no Crea-SE em 17 de junho de 2015 (após a geração do Auto de Infração, que regulariza todos os serviços acima citados; Considerando que a infração fora enquadrada como "pessoa física leiga executando atividade técnica" e capitulada pelo Art. 6º da Lei 5.194-66, que estabelece: "Art. 6º- Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro agrônomo: a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais"; Considerando que a penalidade por infração ao dispositivo descrito acima está capitulada no artigo 73, alínea "c", da Lei nº 5.194-66: "Art. 73 - As multas são estipuladas em função do maior valor de referência fixada pelo Poder Executivo e terão os seguintes valores, desprezadas as frações de um cruzeiro: a) de um a três décimos do valor de referência, aos infratores dos arts. 17 e 58 e das disposições para as quais não haja indicação expressa de penalidade"; Considerando o disposto no Art. 18 da Resolução 1.066-15 do CONFEA, in verbis: "Art. 18. Os valores das multas relativas às alíneas do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, e art. 3º da Lei nº 6.496, de 1977, e dos serviços devidos ao Confea e aos Creas serão fixados anualmente pelo Plenário do Confea, por meio de decisão plenária específica para este fim, editada até sessão plenária do mês de setembro do ano anterior à vigência dos valores fixados"; Considerando que o valor da penalidade aplicada no Auto de Infração 491064-2015 em epígrafe fora de R\$ 1.788,72 regulamentada conforme tabela do anexo a Resolução 1.058/2014, em sua alínea "d", nos valores que vão de R\$ 894,36 (oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos) a R\$ 1.788,72 (hum mil setecentos e oitenta e oito reais e setenta e dois centavos); Considerando, que o autuado APRESENTOU DEFESA NO PRAZO estipulado pelo Parágrafo Único do artigo 10, da Resolução 1.008-04, que dispõe: "Parágrafo único. Da penalidade estabelecida no auto de infração, o autuado pode apresentar defesa à câmara especializada, que terá efeito suspensivo, no prazo de dez dias, contados da data do recebimento do auto de infração"; Considerando que na defesa apensada ao processo através do Protocolo 1659646-2015, o autuado alega que contratou responsável técnico pelo projeto, e que achava que a ART emitida pelo mesmo era suficiente para a regularização da obra. Informa ainda que no dia 15 de junho regularizou a obra com outro profissional; Considerando que a obra só fora regularizada após o recebimento do Auto de Infração; Considerando que o autuado contratou profissional habilitado, e o fato gerado encontra-se totalmente sanado; Considerando que, de acordo com o artigo 46, alínea "a" da Lei 5.194-66, são atribuições



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA/SE

Decisão da Câmara Especializada de Engenharia Civil (CEEC/SE)

Reunião	Extraordinária	Nº 195
Decisão da Câmara Especializada	CEEC/SE nº 095/2018	
Referência	Protocolo nº 1656663/2015	
Interessado	JOSE ROBERTO SIQUEIRA	

das Câmaras Especializadas julgar os casos de infração a presente Lei, no âmbito de sua competência profissional específica; Considerando que os agentes de fiscalização dos conselhos gozam de fé pública; Voto: Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, não sendo constante defesa apresentada no prazo pelo interessado, voto pela Manutenção do Auto de Infração 491064-2015 no VALOR MÍNIMO DA MULTA da penalidade aplicada com a adição dos acréscimos legais e com base nos artigos supracitados.", **DECIDIU**, por unanimidade: **1)** Acatar o voto do conselheiro relator, ou seja, manter o Auto de Infração nº 491064 / 2015, lavrado em 17 de abril de 2015 pelo Crea-SE, por infração ao Art. 6º, alínea "a", da Lei 5.194-66; **2)** Estabelecer a multa para o valor mínimo da penalidade aplicada com a adição dos acréscimos legais e com base nos artigos supracitados. Coordenou a reunião o senhor Eng. Civil Luiz Diego Vieira Lopes. Votaram favoravelmente os senhores Ana Carolinne Aragão Santos, Eduardo Francisco De Souza, Gessé Romão da Silva Neto, Hilton Rocha Silveira, Jose Carlos Tavares Gentil, Jose Vieira Andrade, Júlio Cezar Silveira Prado, Rodolfo Santos da Conceição, Rosivaldo Ribeiro Santos e Victor Alejandro Mejias Ruiz. Não havendo votos contrários e abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

Aracaju/SE, 28 de fevereiro de 2018

LUIZ DIEGO VIEIRA LOPES
COORDENADOR